

CNPJ: 36.741.993/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
Patrimônio líquido		
Capital social	2.100,00	2.100,00
Prejuízos acumulados	(2.100,00)	(2.100,00)
Total do patrimônio líquido		
Total do passivo e patrimônio líquido		
As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.		
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021	Em reais, exceto quando indicado de outra forma	

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Lermvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (anteriormente denominada Lermvig Serviços de Televisão por Assinatura S.A., "Lermvig" ou "Companhia"), constituída em 4 de março de 2020 e controlada pela Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi"), está sediada na Praia de Botafogo, nº166, 3º andar, Botafogo, CEP 22.250-145, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia tem por objeto, dentre outras atividades, (a) o desenvolvimento, operação, construção e locação de infraestrutura passiva própria para exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (b) a prestação de serviços de manutenção de infraestrutura passiva e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos, incluindo a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação e manutenção (assistência técnica); e (c) a importação e exportação relacionadas às atividades desenvolvidas pela Companhia. As necessidades de recursos para o cumprimento das obrigações da Companhia são supridas pela sua controladora Oi.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 27 de março de 2023.

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis. Até 31 de dezembro de 2022, a Lermvig era uma Companhia sem receita, por isso não apresentou alterações em suas Demonstrações Financeiras.

Renegociação de dívidas com os principais credores financeiros da Recuperação Judicial requerida pela Oi em 2016

Em 27 de outubro de 2022, a Oi divulgou Fato Relevante, informando, aos seus acionistas e ao mercado em geral, que contratou a Moelis & Company para auxiliá-la em tratativas com seus credores visando otimizar o seu perfil de endividamento, em observância ao seu plano estratégico ("Plano Estratégico") e ao PRJ, conforme alterado pelo Aditamento ao PRJ, conforme abaixo definidos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Oi divulgou Fato Relevante em que informou sobre a celebração de acordos de confidencialidade com os credores cujas tratativas ocorriam com auxílio dos assessores financeiros e legais que previam, ao final do período neles previstos, a divulgação de determinadas informações relevantes e não públicas prestadas a tais credores no contexto de discussões e tratativas envolvendo uma potencial renegociação de certas dívidas da Oi.

Pedido de Tutela de Urgência Cautelar

Em 31 de janeiro de 2023, a Oi, controladora da Companhia, requereu ao Juízo da Recuperação Judicial, em conjunto com suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. - Em Recuperação Judicial ("Requerentes"), o pedido de tutela de urgência cautelar, para suspensão da exigibilidade de certas obrigações assumidas pela Oi, visando a proteção do seu caixa, e, consequentemente, a continuidade das negociações com os seus credores de forma equilibrada e transparente ("Tutela de Urgência").

Em 3 de fevereiro de 2023, a Oi divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 2 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido de Tutela de Urgência, para, dentre outras providências determinar: (i) a suspensão da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos celebrados com as instituições elencadas no pedido da Tutela de Urgência e todas as entidades de seus respectivos grupos econômicos (e seus sucessores e cessionários a qualquer título), bem como a todos os demais instrumentos vinculados às referidas instituições e todas as entidades de seus grupos econômicos (e) seus sucessores e cessionários a qualquer título), bem como a quaisquer instrumentos que possam ser declarados rescindidos e/ou vencidos antecipadamente na data do pedido da Tutela de Urgência; (ii) a suspensão dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora; (iii) a suspensão de eventuais pretensões de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das Requerentes, que estejam provisoriamente na titularidade de terceiros; (iv) a suspensão dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido da Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (a) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (b) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão desta Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise; e (v) a dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância, inclusive para que as Requerentes exerçam suas atividades e para que obtenham benefícios fiscais.

Em 14 de fevereiro de 2023, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando que o juízo de falências dos Estados Unidos ("Juízo de Falências dos Estados Unidos") deferiu os pedidos formulados pelas Requerentes, em procedimento visando a concessão de tutela de urgência do Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2021	210,00	1.890,00	(2.100,00)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	210,00	1.890,00	(2.100,00)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	210,00	1.890,00	(2.100,00)	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Unidos, nos termos das Seções 1519, 1521(a)(7), 105(a), e 362 do mesmo diploma legal ("Tutela de Urgência nos EUA"), em decorrência do deferimento da Tutela de Urgência em curso perante o Juízo da Recuperação Judicial no Brasil para, dentre outros, suspender a execução/exigibilidade de certas obrigações assumidas pelas Requerentes também no exterior.

Pedido de Recuperação Judicial formulado pela Oi em 2023

Em 1 de março de 2023, as Requerentes ajustaram novo pedido de recuperação judicial perante o Juízo da Recuperação Judicial, em caráter de urgência e "ad referendum" da Assembleia Geral da Companhia ("Nova Recuperação Judicial"). Referido pedido será, ainda, submetido à ratificação dos acionistas em Assembleia Geral.

No Fato Relevante divulgado em 2 de março de 2023, as Requerentes esclareceram que em função de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os referidos credores financeiros da Companhia e seus assessores, com a existência de pontos negociais ainda sujeitos à concordância entre as partes que impossibilitam a Companhia de concluir, até o presente momento, as negociações e objetivos mencionados acima; c) o cenário econômico-financeiro em que se encontram a Companhia e suas Subsidiárias, com dívidas vencidas e o potencial vencimento antecipado e cruzado de contratos financeiros celebrados; e (d) necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras medidas contra a Companhia e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para as Requerentes.

O ajuizamento do pedido de Nova Recuperação Judicial é um passo crítico na direção da reestruturação financeira e busca da sustentabilidade de longo prazo das Requerentes, e a Oi reafirma que continuará mantendo regularmente suas atividades, buscando a conquista de novos clientes, a operação e manutenção de suas redes e serviços, o atendimento de sua base de usuários, a contínua busca de eficiência e otimização de suas operações, sempre buscando evitar quaisquer prejuízos, descontinuidade ou intercorrência na prestação de seus serviços.

Procedimento similar ao da Tutela de Urgência está sendo adotado nas demais jurisdições.

Em 16 de março de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial das Requerentes para, dentre outras providências, determinar ou ratificar, conforme aplicável: a) a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Recuperação Judicial, por força da previsão do art. 6º, III, da Lei 11.101/2005 ("LRF"), bem como do caráter *erga omnes* da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial e da competência absoluta do Juízo da RJ; b) a manutenção das fianças judiciais e dos seguros garantia judiciais prestados por terceiros em favor das Requerentes, que tenham por objeto garantir créditos concursais, com a consequente proibição de liquidação e/ou execução de tais instrumentos de garantia de processos, sob pena de violação do princípio da *pars conditio creditorum*; e c) a suspensão da eficácia da cláusula ipso facto, em consideração ao pedido de Recuperação Judicial, inserida em todos os contratos firmados pelas Requerentes, bem como a suspensão dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido de Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (i) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (ii) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão do pedido de Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise. O Juízo da Recuperação Judicial também determinou que as Requerentes apresentem o plano de recuperação judicial no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da decisão no DO, o qual deverá observar os requisitos da LRF.

As iniciais e a integral das decisões judiciais proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial e pelo Juízo de Falências dos Estados Unidos, sejam relativos à Tutela de Urgência e à Recuperação Judicial encontram-se à disposição dos acionistas da Oi em seu "website" (www.oioi.com.br/rj) e www.rejudcdo.com.br), bem como no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br), e no "website" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Em 2 de março de 2023, a Oi informou que, após diversas discussões e tratativas envolvendo uma potencial reestruturação de certas dívidas ("Proposta de Reestruturação"), a Oi chegou, naquela data, a um acordo com os principais credores financeiros mediante um financiamento de longo prazo que contempla, também, um potencial financiamento extraconcursal, em favor da Oi, na modalidade "*debtor-in-possession*", no valor de US\$ 275.000.000,00 ("Financiamento DIP").

Os termos finais detalhados da Proposta de Reestruturação, incluindo os termos finais do Financiamento DIP, estão sujeitos a certas condições, incluindo, sem se limitar, (i) o acordo relativo aos documentos definitivos necessários ou esperados para implementar a Proposta de Reestruturação, e (ii) aprovação pelo Juízo da Recuperação Judicial. Os principais termos da referida proposta foram anexados ao

Fato Relevante divulgado na ocasião.

A Oi informou, ainda, que pretende celebrar um acordo de apoio à reestruturação e de "lockup" para a maioria dos Credores Financeiros (respectivamente, "RSA" e "Credores RSA") para facilitar a implementação da Proposta de Reestruturação. Conforme os termos do RSA, os Credores RSA se comprometerão a apoiar e a votar em favor de um Plano de Recuperação Judicial pré-acordado nos termos descritos nos "term sheets" (ou na forma que for posteriormente mais detalhada), a ser apresentado pela Oi no contexto da Nova Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial formulado pela Oi em 2016

Em 14 de dezembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, sentença decretando o encerramento da recuperação judicial das Empresas Oi, a qual foi publicada no DOU em 10 de janeiro de 2023 ("Sentença de Encerramento da Recuperação Judicial") e ainda não transitou em julgado.

A Oi divulgou, então, Fato Relevante informando que a concessão da Recuperação Judicial representou importante marco para a transformação das operações das Empresas Oi, em busca de sua sustentabilidade de longo prazo, por meio da implementação do seu Plano Estratégico, com foco em (i) aceleração das receitas dos negócios "core" e busca e criação de novas fontes de receita, (ii) readequação da sua estrutura de custos, (iii) equacionamento dos passivos operacionais e regulatórios da concessão de telefonia fixa e suas operações ligadas e (iv) provimento de soluções digitais e conexões de fibra ótica que visam melhorar a vida das pessoas e empresas em todo o país.

Ademais, esclareceu que a Sentença de Encerramento da Recuperação Judicial das Empresas Oi atestou o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores até a data do Plano Original e de seu Aditamento ao PRJ, ambos devidamente homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial.

A integral do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") anterior e do Aditamento ao PRJ estão disponíveis para "download" no "website" da Oi (www.oioi.com.br/rj) ou <http://www.rejudcdo.com.br>) além do Sistema Empresas. NET da CVM (www.cvm.gov.br).

Celebração de Contrato de Compra e Venda da Lermvig para "sites" de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa

Em 29 de julho de 2022, a controladora Oi recebeu proposta vinculante da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK 108" e "Proposta Vinculante NK 108", respectivamente), afiliada da Hightline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição de 8.000 "sites" de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, especificados na referida proposta, acompanhados de todos seus ativos, contratos, direitos, obrigações, licenças e demais equipamentos necessários para a sua operação ("Itens de Infraestrutura"), na forma da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Lermvig ("Operação"), para cujo capital social a Oi contribuiu os Itens de Infraestrutura. Em 22 de agosto de 2022, realizou-se no Juízo da Recuperação Judicial, a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da Lermvig, quando não foram apresentadas outras que não a Proposta Vinculante da NK 108. Assim, a NK 108 foi declarada vencedora do procedimento competitivo de alienação da Lermvig, após manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do administrador judicial.

Assim, em 7 de dezembro de 2022, a controladora Oi e a NK 108 celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), com intervenção da Lermvig, tendo por objeto a alienação das ações de emissão da Companhia à NK 108 ("Operação Torres 2"), no valor de até R\$ 1.697.000,00, sujeito a eventuais ajustes nos preço e retenções nos termos do Contrato, dos quais até R\$ 1.088.000,00 serão pagos na data de fechamento da Operação e até R\$ 609.000,00 serão pagos até 2026, a depender da quantidade futura de Itens de Infraestrutura a serem utilizados após 2025 e de outras condições contratuais.

A efetiva conclusão da Operação, com a transferência das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia para a NK 108, está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato, dentre as quais, as aprovações da Operação pelo Conselho de Administração de Defesa Econômica ("CADE"), o que ocorreu em 5 de janeiro de 2023, e pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

2. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2023 ("AGE Aumento de Capital"), foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 199.266.330,64, mediante a emissão de 199.266.330 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Oi mediante conferência de bens, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 2.100,00, dividido em 2.100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 199.268.430,64 dividido em 199.268.430 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A quantidade de ações emitidas foi arredondada para baixo, sendo desconsiderada fração correspondente a 0,64.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2023, a Oi como única acionista deliberou a ratificação da deliberação aprovada nos itens 5, (iii) e 5, (iv) da AGE Aumento de Capital para ajustar a destinação do referido aumento da seguinte forma: R\$ 199.266.330,64 destinados ao capital social da Companhia e R\$ 100.000.000,00 destinados à conta de reserva de capital da Companhia, com a emissão de 199.266.330 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Com isso, o Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia passou a ser de R\$ 199.268.430,64, representado por 199.268.430 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Na oportunidade também foram declarados e autorizado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 48.400.000,00, à conta de lucros acumulados, apurados no balanço da Companhia levantado com relação ao período de 2 (dois) meses encerrado em 28 de fevereiro de 2023, podendo tal valor ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023.

DIRETORIA: Rodrigo Modesto de Abreu - Diretor Presidente;
Cristiane Barreto Sales - Diretora.

David Tavares Neves Nunes - Contador - CRC-RJ 069.013.

HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

CNPJ/ME nº. 00.459.947/0001-64 - NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023.

Ficam convidados os Srs. Acionistas da **HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") no dia 28 de abril de 2023, às 14h30, por meio da plataforma digital Microsoft Teams, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do parecer do Conselho Fiscal; (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iv) fixação de novo número de membros do Conselho de Administração; (v) eleição de 2 novos membros para o Conselho de Administração da Companhia; (vi) fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; (vii) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2023; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alteração dos arts. 20, § 2º e art. 15, § 5º do Estatuto Social da Companhia para excluir as menções ao Diário Oficial do Estado como jornal para a realização das publicações legais da Companhia; (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; (iii) ratificação da eleição do Sr. Rubens José Della Volpe ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) ratificação da eleição da Sra. Ana Beatriz de Oliveira Castro Gallardo ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico. Não haverá a possibilidade de comparecimento físico à Assembleia, uma vez que essa será realizada de modo exclusivamente digital. Os acionistas interessados em participar da Assembleia deverão enviar e-mail para o endereço governancacorporativa@metrrio.com.br até 21 de abril de 2023, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na Assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos a participação na Assembleia. A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e respectivos CPF ou CNPJ, conforme o caso, telefone e endereço de e-mail; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade (Registro Geral) - RG, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteira de identidade expedida por conselhos profissionais ou carteira funcional expedida por órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia datado de até 5 dias antes da data de realização da Assembleia; (iii) caso aplicável, cópia do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e dos documentos constitutivos do respectivo acionista; e (iv) no que tange aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato emitido pelo órgão competente, datado de até 2 dias úteis dias antes da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) último contrato ou estatuto social consolidado do respectivo acionista; e (b) ato societário aprovando a eleição do administrador que (b.i) comparecerá à Assembleia na qualidade de representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgará procuração para que terceiro represente tal acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo acerca do titular de poderes para exercício de direito de voto atrelado a ações e ativos constantes da carteira do fundo. Nesse caso, além dos documentos societários acima mencionados e relacionados à gestora ou à administradora do fundo, o representante da gestora ou da administradora deverá, ainda, apresentar cópia autenticada (a) do último regulamento consolidado do fundo; ou (b) do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, em conjunto com o ato societário de eleição do administrador que comparecerá à Assembleia como representante da pessoa jurídica ou outorgará procuração para que terceiro represente a respectiva acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Será admitida assinatura digital na procuração, por meio de certificação digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem que haja necessidade de tal pessoa compor a administração da Companhia, ser acionista desta ou ser advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabela Pública, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital Microsoft Teams, para fins de participação na Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob o controle da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.hmobi.metrrio.com.br/>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm/>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>). Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. **Leonardo Armando Yamamoto** - Presidente do Conselho de Administração.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D9A2-7FF3-2DEE-E54A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D9A2-7FF3-2DEE-E54A



Hash do Documento

02A6BC2E75AF7F713C653BE16547B9FCEBCBB3952D469C99F13CC320F3A2FA53

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2023 é(são) :

- ☒ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 29/03/2023 05:48 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

